

ECONOMIA E ETNODESENVOLVIMENTO NO TERRITÓRIO INDÍGENA XAKRIABÁ, MG

Sibelle Cornélio Diniz *

Felipe Nunes Coelho Magalhães **

Roberto Luís de Melo Monte-Mór ***

Resumo:

O Território Indígena Xakriabá, próximo ao Rio São Francisco, no norte de Minas Gerais, reúne a maior população ameríndia do Estado (cerca de 7000 pessoas) e um espaço social em rápida transformação demográfica, política, cultural, ecológica e econômica. Essas várias instâncias da organização sócio-espacial, todavia, nem sempre se apresentam convergentes; ao contrário, ritmos, dinâmicas e referências distintas contribuem para novas formas de articulação sócio-política e de organização ecológico-econômica dessa população. Apesar das especificidades locais do povo Xakriabá (em particular, a terra coletiva e a identidade étnica), a atual tendência de organização política e social dessa população pressupõe um avanço econômico que melhore suas condições de vida e não se traduza em transformações rápidas e violentas a ponto de comprometer o maior patrimônio que possuem - sua esfera cultural e ecológica -, a exemplo das muitas rodadas de modernização sócio-econômica e espacial provocadas pelo capitalismo contemporâneo em várias regiões do país. Considerando o crescimento expressivo dessa população nas últimas décadas e o conseqüente aumento da sua proporção de jovens, o presente trabalho discute as restrições na esfera da reprodução enfrentadas por esse povo: problemas ligados à necessidade de aumento da produção e de criação de oportunidades de trabalho, evitando que as características antropológicas da população sejam radicalmente transformadas e homogeneizadas pela modernização sócio-espacial imposta pelo entorno onde se insere. O *etnodesenvolvimento*, tentativa de fazer florescer a esfera da produção sem que o mercado ocupe a centralidade dos valores e da organização de comunidades onde a esfera da cultura historicamente prevalece, constitui referencial para se pensar as novas formas de organização social que vêm se configurando no Território.

Palavras-chave: Povos indígenas, Etnodesenvolvimento, Xakriabá.

* Graduada em Ciências Econômicas da FACE/UFMG, assistente de pesquisa no projeto (Cedeplar-FAE/UFMG) “Conhecendo a Economia Xakriabá”.

** Economista, mestrando em Geografia no IGC/UFMG, assistente de pesquisa no projeto “Conhecendo a Economia Xakriabá”.

*** Professor e Pesquisador do Cedeplar/UFMG, coordenador da pesquisa “Conhecendo a Economia Xakriabá”.

ECONOMIA E ETNODESENVOLVIMENTO NO TERRITÓRIO INDÍGENA XAKRIABÁ, MG

Sibelle Cornélio Diniz *

Felipe Nunes Coelho Magalhães **

Roberto Luís de Melo Monte-Mór ***

1. Introdução

O Território Indígena Xakriabá - T.I.X. -, localizado no sertão sanfranciscano, no norte de Minas Gerais, compreende aproximadamente 53.015 hectares, distribuídos em duas áreas contíguas: a primeira, com cerca de 46.415 hectares, foi demarcada em 1978 e homologada em 1987; a segunda, denominada Rancharia, com 6.660 hectares, foi demarcada em 1999 e homologada em 2001. A população corresponde a aproximadamente 7000 índios, agrupados em cerca de 27 aldeias e 25 sub-aldeias¹. De um modo geral, *“a ocupação [dessas áreas] está limitada pela pouca disponibilidade de água e se restringe, basicamente, aos pontos onde esta é mais abundante. É preferencialmente em torno desses espaços – onde há olhos d’água ou cursos perenes – que se organizam em aldeias ou agrupamentos de aldeias”* (SANTOS, 1994, p.13).

A região em que se localiza o Território Xakriabá constitui uma zona de transição entre o cerrado (vegetação típica do Planalto Central Brasileiro) e a caatinga (vegetação típica do semi-árido nordestino), contendo espécies nativas dos dois biomas. A ocupação humana desse complexo ecossistema configurou diferentes culturas e formas de organização sócio-econômica e espacial, diversidade essa facilmente verificada nos grupos de populações tradicionais residentes no sertão sanfranciscano.

Nas últimas décadas, entretanto, o espaço social ocupado pelos Xakriabá vem sofrendo um rápido processo de transformação demográfica, política, cultural, ecológica e econômica. Ritmos, dinâmicas e referências distintas contribuem para novas formas de articulação sócio-política e de organização ecológico-econômica dessa população.

Considerando que a população Xakriabá cresceu expressivamente nas últimas décadas, aumentando assim sua proporção de jovens, o presente trabalho discute as restrições na esfera da reprodução enfrentadas por essa população: problemas ligados à necessidade de aumento da produção e de criação de oportunidades de trabalho, evitando que as características antropológicas da população sejam radicalmente transformadas e homogeneizadas pela modernização sócio-espacial imposta pelo entorno onde se insere.

A tendência crescente na região é de incorporação a baixo custo, pela agricultura de baixa produtividade do entorno imediato e pelo agro-negócio de regiões mais distantes, como São Paulo e Mato Grosso do Sul, da produção e da mão-de-obra das populações tradicionais, dadas as necessidades crescentes dessas populações de aumentarem sua renda monetária para sobreviverem em condições de forte deterioração sócio-ambiental. Sua dependência do mercado e dos recursos públicos é notável, agravada pelas novas demandas trazidas pela educação formal e pelos meios de comunicação, particularmente a televisão.

* Graduada em Ciências Econômicas da FACE/UFMG, assistente de pesquisa no projeto (Cedeplar-FAE/UFMG) “Conhecendo a Economia Xakriabá”.

** Economista, mestrando em Geografia no IGC/UFMG, assistente de pesquisa no projeto “Conhecendo a Economia Xakriabá”.

*** Professor e Pesquisador do Cedeplar/UFMG, coordenador da pesquisa “Conhecendo a Economia Xakriabá”.

¹ Não há números exatos para a população Xakriabá. O Censo de 2000 não reconhece a Reserva Indígena na amostra e os setores censitários não correspondem à área demarcada (ver Campos et al., 2006). Pena (2004) apresenta números de uma pesquisa domiciliar de 2003 e Conhecendo...(2005) apresenta dados de outra pesquisa realizada em 2004, com resultados próximos, mas divergentes. Quanto ao número de aldeias e sub-aldeias, sua classificação também admite limites variados; os números apresentados acima são os mais correntes na Área.

Apesar das especificidades locais do povo Xakriabá (em particular, a terra coletiva e a identidade étnica), a atual tendência de organização política e social dessa população pressupõe um avanço econômico que melhore suas condições de vida e não se traduza em transformações rápidas e violentas a ponto de comprometer o maior patrimônio que possuem - sua esfera cultural e ecológica - a exemplo das muitas rodadas de modernização sócio-econômica e espacial provocadas pelo capitalismo contemporâneo em várias regiões do país.

O *etnodesenvolvimento*, tentativa de fazer florescer a esfera da produção sem que o mercado ocupe a centralidade dos valores e da organização de comunidades onde a esfera da cultura historicamente prevalece, constitui referencial para se pensar as novas formas de organização social do espaço que vêm se configurando no Território Indígena Xakriabá.

2. Povos tradicionais brasileiros, territorialidade e limites das terras

Os grupos indígenas constituem, juntamente com as populações remanescentes de quilombos, as comunidades de caboclos, pantaneiros e pescadores artesanais, entre outros, as chamadas “populações tradicionais” do Brasil. Segundo Little (2002), dois grandes elementos caracterizam a territorialidade² desses grupos: o regime de propriedade comum e o sentido de pertencimento a um lugar específico, ligado à profundidade histórica da ocupação guardada na memória coletiva.

No que diz respeito ao regime de propriedade dos povos indígenas,

a terra não é e não pode ser objeto de propriedade individual. De fato, a noção de propriedade privada da terra não existe nas sociedades indígenas. (...) Embora o produto do trabalho pudesse ser individual, ou, melhor dizendo, familiar, o acesso aos recursos era coletivo (...) A terra e seus recursos naturais sempre pertenceram às comunidades que os utilizam, de modo que praticamente não existe escassez, socialmente provocada, desses recursos. (RAMOS, 1986, p. 13-16).

Já o sentido de pertencimento a um lugar específico está ligado a uma série de vínculos sociais, simbólicos e rituais que os grupos mantêm com seu ambiente biofísico. Os territórios dos povos tradicionais se fundamentam em décadas ou séculos de ocupação efetiva. A expressão dessa territorialidade se mantém viva na memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área. Para as sociedades indígenas “o território grupal está ligado a uma história cultural” na qual “cada sítio de aldeia está historicamente vinculado a seus habitantes, de modo que o passar do tempo não apaga o conhecimento dos movimentos do grupo, desde que se mantenha viva a memória dos ancestrais” (RAMOS, 1986, p. 19-20).

A noção de lugar se expressa também nos valores que o grupo social atribui aos diferentes aspectos do seu ambiente. Essa valorização é uma função direta do sistema de conhecimento ambiental do grupo e suas respectivas tecnologias. Essas variáveis estabelecem a estrutura e a intensidade das relações ecológicas do grupo e geram a categoria social dos ‘recursos naturais’ (LITTLE, 2002).

Os chamados povos tradicionais brasileiros viveram em situação de relativa invisibilidade social e marginalidade econômica até o início do século XX. Pode-se relacionar tal situação à sua localização em áreas intersticiais dos centros econômicos. “Dados os bruscos fluxos no interesse do mercado capitalista por diversos recursos naturais e mercadorias, as terras que não estão na mira das forças econômicas hegemônicas de uma época podem ser salvas da cobiça pelos seus recursos(...)” (LITTLE, 2002, p. 5)

² A territorialidade é por ele definida como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica do seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’” (LITTLE, 2002, p.3).

De fato, o interesse direto nas terras indígenas já se inicia no século XIX e Teófilo Ottoni, ao descrever a situação dos botocudos no vale do Mucuri, em 1858, se refere ao fato de que não havia mais interesse nos corpos como escravos, mas sim em estabelecer amizade para ganhar suas terras (OTTONI e DUARTE, 2002). A partir da Lei de Terras de 1850, o regime jurídico da propriedade imobiliária se implanta no país, aumentando a pressão sobre as terras.³

A partir da década de 1930, entretanto, com a ‘marcha para oeste’ do período getulista e o aumento dos movimentos migratórios inter-regionais, muitas vezes acompanhados por pesados investimentos em infra-estrutura, as relações fundiárias no país modificaram-se ainda mais e de forma mais contundente. As terras dos povos tradicionais passaram por novos processos de invasão e disputa, na esteira da expansão das fronteiras agrícolas e das novas tecnologias industriais de produção, transporte (em especial, a ferrovia) e de comunicação (o telégrafo teve um papel importante). Os anos 50 e a nova ‘marcha para oeste’ do período juscelinista aguçaram esse processo, que finalmente se consolidou com a chamada ‘tríplice aliança’ do período desenvolvimentista militar, quando o capital multinacional, o Estado e o capital nacional se aliaram para promover a rápida integração do mercado e do espaço econômico brasileiro, sob a égide da ideologia da modernização e da integração ao consumo coletivo e individual de bens de consumo durável (fordistas) (EVANS, 1980).

As fronteiras se multiplicaram no país a partir da década de 1970, integrando o território nacional, estendendo os braços da industrialização, e com ela da urbanização, aumentando assim a pressão sobre as populações do campo em geral e sobre as populações tradicionais em particular, obrigando-as, em muitos casos, a uma invisibilidade ainda maior fundindo-se a grupos compatíveis com a ‘modernização’, como os pequenos agricultores, colonos, assentados, entre outros. Da década de 1980 em diante, o fortalecimento da ideologia neoliberal e a incorporação à economia mundial de grupos antes afastados dela agravaram ainda mais as pressões sobre os diversos territórios dos povos tradicionais, particularmente no que se refere ao acesso e à utilização dos recursos naturais (LITTLE, 2002).

Por outro lado, a extensão das condições urbano-industriais ao espaço nacional como um todo levou também consigo um processo de politização crescente, que estendeu os chamados ‘movimentos sociais urbanos’ ao campo, às regiões de floresta e de cerrado, enfim, a todos os confins do espaço social brasileiro (MONTE-MÓR, 1994, 2003). Frente a essas novas pressões, os povos tradicionais, nos anos 70 e 80, através do estabelecimento de associações locais e de movimentos sociais regionais e nacionais, em articulação política com ONGs reivindicaram, junto ao Estado, um ajustamento das categorias fundiárias às realidades empírica e histórica do campo. *“Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, distintas modalidades territoriais foram fortalecidas ou formalizadas. São os casos das terras indígenas e dos remanescentes das comunidades de quilombos”* (LITTLE, 2002, p.13).

Entretanto, em que pese o avanço na demarcação de terras dos chamados povos tradicionais, o confinamento dessas populações a territórios definidos pelo Estado tem trazido também sérios problemas a muitas delas. Na maioria dos casos, a área demarcada não corresponde àquela historicamente ocupada. Além disso, a demarcação de terras tem como consequência imediata a redução ou o fim das disputas territoriais e do nomadismo que antes caracterizavam sua conduta sócio-territorial. O resultado é uma relativa estabilidade das condições de vida local, um aumento da população e de sua pressão sobre o território.

³ É interessante notar que os Xakriabá, já em 1856, registraram em Ouro Preto, capital da província, seu termo de doação no início do século XVIII, o que todavia não lhes garantiu a soberania sobre suas terras no século XX, nem mesmo junto ao órgão público estadual de regularização de terras, a Ruralminas, atuante em Minas Gerais até os anos 1980.

Apesar do confinamento ser uma questão implícita no problema ambiental como um todo – nosso confinamento ao planeta Terra – e da discussão da ‘capacidade de suporte’ do território (ou de um ecossistema) ganhar muitas vezes um cunho neo-malthusiano, os avanços nessa área pressupõem mudanças significativas tanto no uso dos recursos naturais (avanços tecnológicos e manejo ambiental) quanto na alteração dos padrões demográficos (redução da fecundidade, mudanças no estatuto social da mulher, melhorias nas condições de educação e saúde, entre outros). Essas alterações na capacidade ‘humana’ de suporte (SHAHI et al., 1997) nem sempre são possíveis, a curto e médio prazo, entre populações tradicionais, onde as transformações sócio-culturais encontram maior resistência, até pela manutenção, resgate e eventual (re)construção de sua identidade cultural.

Por outro lado, a ‘capacidade de suporte’ de um ecossistema pode constituir um limite em si mesmo, dado pela relação entre as populações (humanas ou não) e o meio biótico. Novamente, apenas a intervenção humana (sócio-tecnológica) pode alterar essa relação de equilíbrio, aumentando sua capacidade além dos limites ditos ‘naturais’ (PEARCE e TUNER, 1991). Em situações onde o meio natural é pouco propício ou oferece limites marcados à sua capacidade de suporte, a introdução de métodos de controle e melhoria no manejo e uso dos recursos é essencial para fazer frente às pressões populacionais decorrentes do confinamento.

No caso específico dos grupos indígenas, a situação de estabilidade relativa conquistada a partir da demarcação do território é reiterada pela ação tradicionalmente tutelar da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), marcada pelo assistencialismo histórico e, até 1988, pelo caráter de dependência dos índios, considerados legalmente incapazes de decidir sobre seu futuro e sobre seu processo de desenvolvimento.

Todas essas modificações, de caráter demográfico, político, cultural e ambiental, verificadas a partir da demarcação de terras dos povos tradicionais, levaram a profundas transformações em suas formas de organização sócio-produtiva. A seguir, analisamos o caso dos índios Xakriabá dentro dessa perspectiva.

3. A economia Xakriabá: caracterização e mudanças

3.1. Breve histórico do Território Indígena Xakriabá

O povo Xakriabá, como ocorreu com a maioria das populações indígenas tapuias⁴, sofreu processos de aldeamento e escravidão, constituindo mão-de-obra escrava no processo de formação das fazendas de gado abertas às margens do rio São Francisco. O aldeamento de São João das Missões, por ter sido abandonado pelos padres e administradores no final do século XVII, e pelo fato de os índios ali permanecerem em processo de miscigenação com as populações branca e negra, sobretudo os retirantes nordestinos que fugiam das secas, passou a ser reconhecido como terra de caboclos, e foi por longo tempo ocupado por índios, posseiros e retirantes estabelecidos, em regime de uso condominial das áreas de cultivo (SANTOS, 1997).

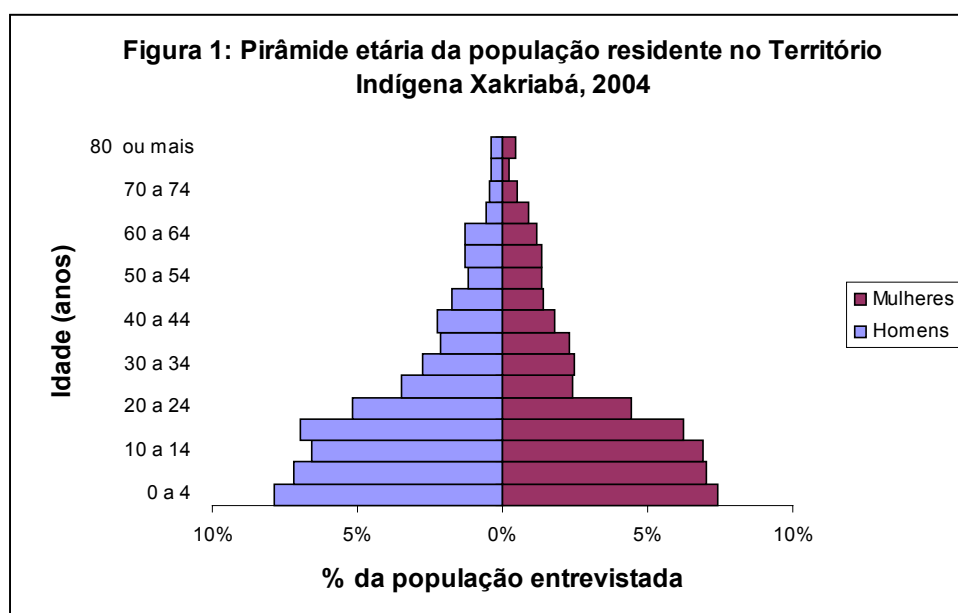
Ao longo do século XX, boa parte da área tradicionalmente ocupada pelos Xakriabá foi ocupada por fazendeiros e posseiros. A luta dos índios pela terra, arrastada violentamente ao longo dos anos, levou, finalmente, à demarcação e homologação da Reserva pela União, nas décadas de 1970 a 1990. O processo de demarcação, no entanto, não restituiu aos Xakriabá cerca de dois terços da área tradicionalmente ocupada. (SANTOS, 1997; PENA, 2004).

A ação predatória de posseiros e grileiros sobre o território no período de disputa pela terra pressionou de forma drástica o ecossistema da área. Além disso, a redução do Território Indígena a aproximadamente um terço da área originalmente ocupada levou a uma grande pressão demográfica do próprio povo Xakriabá sobre o meio biótico, extremamente frágil. A

⁴ De acordo com SANTOS (1997), os tapuias são indígenas originários do sertão, assim denominados por serem não-tupis e habitarem áreas distantes do litoral brasileiro.

área possui grandes parcelas de terra, as chapadas, não propícias ao cultivo, e outras áreas impróprias aos usos tradicionais pela alteração no regime de chuvas e pela escassez de água. As áreas férteis e próprias aos cultivos tradicionais foram em muito reduzidas.

A população residente no Território Indígena Xakriabá cresceu bastante nos últimos anos. A figura 1 mostra a pirâmide etária da população no ano de 2004, construída a partir de dados da pesquisa ‘Conhecendo a Economia Xakriabá’. A pesquisa foi realizada pela UFMG (FAE - Faculdade de Educação - e CEDEPLAR/FACE - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas), em conjunto com as Associações Indígenas Xakriabá, nos anos de 2004 e 2005, sendo financiada pelo CERIS (Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais). Foram aplicados questionários com perguntas a respeito da sócio-economia dos Xakriabá a 850 domicílios, abrangendo um total de 4388 indivíduos (aproximadamente 68% da população).



Fonte: Pesquisa “Conhecendo a Economia Xakriabá”, 2004

A larga base da pirâmide etária construída evidencia a grande proporção de jovens na população, o que sugere que o crescimento populacional observado após a demarcação do T.I.X. se deu pelo aumento da natalidade e não por migração de retorno, como se poderia supor.

Além do aumento do número de jovens na população Xakriabá, a criação de escolas indígenas dentro da Reserva, na década de 1990, foi responsável por grandes mudanças na comunidade. As escolas demandaram a formação de um grupo de cerca de 100 jovens professores, além de um conjunto de apoiadores – merendeiras, secretárias, faxineiras -, todos assalariados. A escola indígena, ao se tornar parte da vida cotidiana das aldeias, criou não somente novas possibilidades de inserção profissional (os professores passam a formar uma elite profissional e cultural), mas ampliou os horizontes e expectativas das crianças e jovens estudantes. Atualmente, existem 34 escolas indígenas dentro do T.I.X., atendendo a um total de 2.345 alunos.⁵

⁵ Censo Escolar 2005, Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais.

Mais educados, com maiores perspectivas e necessidades de consumo, os jovens se depararam com a possibilidade de continuarem a tradição de suas famílias, trabalhando nas roças e em outras atividades agrícolas, com baixa monetarização, consumo restrito e diversas dificuldades de realização – faltam instrumentos, sementes, transporte, água para irrigação, etc. – ou buscarem novas possibilidades de atividade produtiva. (CLEMENTINO e MONTE-MÓR, 2006, p.8)

3.2. A economia Xakriabá: características gerais

O modo de uso do território Xakriabá se estabeleceu nos moldes da economia regional, sertaneja e cabocla. Suas atividades produtivas constituem-se basicamente de plantação de roças e da criação de animais. A unidade básica de trabalho sempre foi a família, em sua forma nuclear ou estendida, existindo também formas de trabalho coletivo envolvendo outros membros da comunidade.

Das atividades econômicas rurais provinha praticamente tudo de que os Xakriabá precisavam, alguns poucos produtos sendo adquiridos no comércio regional. No entanto, a redução das áreas férteis e o forte crescimento populacional vivenciado nas últimas décadas fizeram com que a produção deixasse de ser suficiente para abastecer a população. Soma-se a essas causas o sistema de tutela da FUNAI, marcado pelo assistencialismo e gerador, em última instância, de uma precarização da organização social-produtiva na Área.

A introdução de meios de comunicação como a televisão⁶ e o rádio e de meios de transporte como motocicletas⁷, conseqüência, entre outros fatores, das relações de assalariamento dos nativos que passam a acontecer fora da Reserva, contribuiu ainda para a diversificação das demandas da população.

Todos esses fatores levaram a que a economia “natural”, de subsistência, deixasse de ser suficiente para prover à população os bens necessários à manutenção da vida na região. A relação com os mercados externos passa a ser necessária para o abastecimento das demandas por bens e serviços da população da Área.

A entrada de dinheiro no território dos Xakriabá passa a ocorrer principalmente por meio de serviços prestados às cidades vizinhas como o emprego doméstico das mulheres e o trabalho assalariado dos homens fora da Reserva. A principal alternativa de incremento de renda tem sido, historicamente, o emprego de força de trabalho nas lavouras de cana de São Paulo e do Mato Grosso do Sul como assalariados temporários. Os trabalhadores passam até nove meses por ano nessas atividades, desde a juventude até a idade aproximada de 40 anos. As conseqüências imediatas desse êxodo temporário são a precarização das condições de saúde desses trabalhadores e sua não-inserção na organização local.⁸

Quanto à comercialização do excedente de produção dentro da Área, as relações se baseiam em trocas informais, nem sempre intermediadas pela moeda. Observou-se, em diversas reuniões com as comunidades⁹, uma dificuldade para estabelecer trocas regulares

⁶ De acordo com dados da pesquisa “Conhecendo a Economia Xakriabá”, em 2004, 268 domicílios (31,5% dos entrevistados) possuíam televisão em casa.

⁷ 88 dos domicílios entrevistados (10,4%) declararam possuir motocicleta, e 17 (2,0%), carro ou camionete.

⁸ Um dado ilustrativo do afastamento dos homens da organização social do Território Indígena corresponde à escolaridade dos homens e mulheres da Área, por idade. De acordo com a pesquisa “Conhecendo a Economia Xakriabá”, é possível constatar que, de modo geral, os homens da Reserva passam menos tempo de suas vidas na escola que as mulheres. Enquanto 17,8% da população feminina entrevistada declarou ter concluído a 5ª série, 11,7% dos homens o fizeram. No que diz respeito à conclusão do Ensino Fundamental (1ª a 8ª série), o número é 6,1% das mulheres entrevistadas, contra 3,3% dos homens. Tais valores revelam o maior afastamento da população masculina do ambiente escolar, o que pode ser associado à necessidade de trabalho na roça da família ou em lavouras em outros Estados, e se reflete na organização comunitária local.

⁹ Tais reuniões com as comunidades na Reserva ocorreram no âmbito do projeto de extensão “Educação e Alternativas de Produção”, proposto à Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP) e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) pela FAE/UFMG, e realizada em parceria com o CEDEPLAR/UFMG, ao longo do ano de 2004.

internas, com queixas sobre exigências de parentes e vizinhos por preços mais baixos, o que faz com que haja uma preferência para vender e comprar fora da Reserva. Assim, geralmente comercializa-se com não-índios, fora e dentro da própria Reserva, através de ‘atravessadores’, que muitas vezes vêm buscar o produto, resolvendo assim um problema crucial para eles, qual seja, a dificuldade com transporte. Como seria de se esperar, a venda tende a ocorrer com o preço abaixo do valor do produto no mercado, mas essa opção tende a ser preferida a vender por preço mais baixo dentro da própria Reserva.

A tabela 1 revela que, dos dez produtos agrícolas mais consumidos na Reserva, cinco são comprados por mais da metade dos consumidores. Essa compra é feita, em sua maioria, com atravessadores ou fora da Reserva (tabela 2), o que evidencia a fragilidade da produção e das condições de comercialização local. O mesmo ocorre entre os produtos beneficiados, como mostram as tabelas 3 e 4, a seguir.

**Tabela 1: Consumo, produção e compra de produtos agrícolas
T.I.X. - 2004**

Produto	% do total de domicílios entrevistados		
	Consumidores	Produtores	Compradores
Arroz	97,4%	12,7%	72,1%
Milho	95,6%	84,8%	68,5%
Alho	91,3%	29,5%	62,1%
Abóbora	90,0%	67,6%	11,4%
Manga	88,4%	46,8%	7,5%
Banana	88,1%	43,9%	27,3%
Melancia	86,5%	65,3%	12,6%
Feijão de arranca	85,1%	52,9%	63,6%
Cebola	84,7%	30,9%	52,1%
Temperos	84,6%	14,8%	58,0%

Fonte: Pesquisa “Conhecendo a Economia Xakriabá”, 2004

**Tabela 2: Local de compra dos dez produtos agrícolas mais consumidos
T.I.X. - 2004**

Produto	% de domicílios entre os que compram		
	Na própria aldeia	Em outra aldeia	Com atravessador ou na cidade
Arroz	8,6%	2,1%	89,2%
Milho	48,5%	5,7%	45,9%
Alho	11,0%	3,8%	85,2%
Abóbora	27,8%	3,1%	69,1%
Manga	26,6%	4,7%	68,8%
Banana	12,9%	7,3%	79,7%
Melancia	15,9%	1,9%	82,2%
Feijão de arranca	15,7%	5,4%	78,9%
Cebola	14,2%	4,5%	81,3%
Temperos	5,3%	2,6%	92,1%

Fonte: Pesquisa “Conhecendo a Economia Xakriabá”, 2004

**Tabela 3: Consumo, produção e compra de produtos beneficiados
T.I.X. – 2004**

Produto	Número de domicílios		
	Consumidores	Produtores	Compradores
Farinha de mandioca	96,4%	29,5%	85,2%
Ovos	78,2%	52,7%	30,4%
Carne de sol/serenada	75,1%	10,2%	74,2%
Toicinho	73,6%	14,5%	64,5%
Rapadura	72,6%	7,4%	65,4%
Goma ou tapioca	68,0%	19,3%	54,2%
Farinha de milho	65,6%	39,6%	24,2%
Fubá de milho	63,3%	31,2%	29,5%
Queijo	51,5%	8,6%	45,5%
Leite de vaca	48,2%	20,7%	22,2%

Fonte: Pesquisa “Conhecendo a Economia Xakriabá”, 2004

**Tabela 4: Local de compra dos dez produtos beneficiados mais consumidos
T.I.X. – 2004**

Produto	% de domicílios entre os que compram		
	Na própria aldeia	Em outra aldeia	Com atravessador ou na cidade
Farinha de mandioca	29,3%	10,2%	60,5%
Ovos	50,8%	5,0%	44,2%
Carne de sol/serenada	16,6%	4,9%	78,4%
Toicinho	32,8%	7,5%	59,7%
Rapadura	34,0%	18,5%	47,5%
Goma ou tapioca	36,7%	14,3%	49,0%
Farinha de milho	29,1%	1,0%	69,9%
Fubá de milho	21,1%	1,6%	77,3%
Queijo	15,5%	2,3%	82,2%
Leite de vaca	43,9%	1,1%	55,0%

Fonte: Pesquisa “Conhecendo a Economia Xakriabá”, 2004

A criação de animais de pequeno porte (galinhas, galinhas-d’angola e porcos), de animais domésticos (cachorros e gatos), de animais usados para o transporte (cavalos, mulas e burros) e de bovinos, é comum em todas as aldeias e sub-aldeias, como mostra a tabela 5.

Note-se que o gado de corte constitui uma atividade relevante dentro do T.I.X., com profundos efeitos sobre o ecossistema local¹⁰. Na verdade, como em outras regiões pobres de economia de subsistência, o gado possui um papel importante como investimento e reserva de valor, onde as famílias podem depositar suas pequenas economias. Em muitos casos – e também no caso Xakriabá – esta atividade acaba ganhando o peso de principal produto a ser levado ao mercado, podendo significar promessa de autonomia e emancipação econômica. Entretanto, os problemas ambientais evidentes de uma pecuária extensiva em uma área seca e confinada são também agravados pelas limitações de uma economia de baixa produtividade e com frágeis relações regionais.

¹⁰ Temos fortes indícios de que os dados relativos ao rebanho bovino, acima apresentados, estão subestimados, sendo que particularmente aquelas famílias que possuem maior rebanho informaram um número menor que o real, por razões diversas, tais como receio de tributação, expectativa de ganhos futuros, entre outros.

Tabela 5: Criação de animais - T.I.X. – 2004

Animal	Número de domicílios	% do total de domicílios entrevistados
Galinha	692	81,4%
Cavalo	341	40,1%
Porco	296	34,8%
Vaca leiteira	186	21,9%
Novilha	181	21,3%
Égua	169	19,9%
Bezerro	136	16,0%
Jegue	115	13,5%
Boi de carro	84	9,9%
Touro	81	9,5%
Cocá (galinha d'angola)	77	9,1%
Potro(a)	67	7,9%
Vaca para abate	45	5,3%

Fonte: Pesquisa “Conhecendo a Economia Xakriabá”, 2004

4. Autonomia x heteronomia; política x economia entre os Xakriabá

As mudanças vivenciadas pela comunidade Xakriabá nas últimas décadas, no que diz respeito a seus aspectos demográficos e econômicos, foram também acompanhadas de novas articulações sócio-políticas no sentido de construção de uma identidade Xakriabá, da defesa e manutenção de seus recursos e de seu território. Além disso, nas últimas eleições municipais (2004), as lideranças indígenas conquistaram a Prefeitura Municipal de São João das Missões, quando foi eleito prefeito um ex-diretor de escola indígena Xakriabá (e irmão do cacique), além de cinco (dos nove) vereadores para a Câmara Municipal.

A tomada do poder municipal pelas lideranças Xakriabá (a população indígena é cerca de dois terços da população total do município de São João das Missões) representou um passo concreto na direção de maior autonomia política daquele grupo.¹¹ O acesso ao poder político, tanto no executivo quanto no legislativo municipal, onde os cinco vereadores Xakriabá constituem maioria absoluta, amplia enormemente os meios dessa população de definir suas próprias políticas no plano local, podendo representar um passo importante também na direção de práticas políticas mais democráticas no município e, eventualmente, com um impacto regional maior (considerando que o Prefeito José Nunes é o primeiro prefeito índio de Minas Gerais).

Por outro lado, a questão política tomada em sentido amplo comporta diversas leituras do atual contexto da comunidade Xakriabá. Há uma superposição de diferentes formas de organização interna, onde a estrutura comunitária tribal, apoiada nas lideranças mais velhas e tradicionais, convive com a atuação das gerações mais novas, que ocupam lugares na organização social em torno das Associações Indígenas e na administração municipal, tanto no executivo quanto no legislativo. Essas três esferas (estrutura comunitária tribal, Associações Indígenas e poder municipal), entre outras que podem ser identificadas (como as escolas, as articulações com ONGs ou com órgãos públicos) se tocam e se sobrepõem, e é com elas que os Xakriabá terão que (re)definir suas opções e prioridades de organização sócio-espacial e política para perseguir os objetivos coletivos, também em processo de redefinição.

¹¹ É interessante notar que a autonomia dos povos indígenas do Brasil, de modo geral, já havia ganhado novos matizes e direções com a Constituição de 1988.

A organização interna da vida política Xakriabá – caracterizada pela presença de várias lideranças locais articuladas entre si e atingindo a quase totalidade das aldeias – pode contribuir para uma prática um pouco mais próxima de uma democracia direta (em oposição à democracia representativa) que transborde, a partir das estruturas comunitárias locais onde predominam o consenso e as opiniões da comunidade expressas em infindáveis reuniões, para outras esferas políticas, tais como a esfera da administração municipal. Um exemplo externo já existente e sempre citado, ainda que com críticas e restrições, é aquele praticado em várias cidades através do Orçamento Participativo.

Um incremento da prática democrática direta seria um passo a mais na direção do fortalecimento da autonomia da população Xakriabá, tomando eles próprios as decisões que dizem respeito às políticas de planejamento do território e da economia local. Porém, como discutido a seguir, supõe-se que uma autonomia plena não pode se restringir à esfera política, devendo também incorporar a organização da esfera produtiva da forma que for mais conveniente aos interesses legítimos de determinada população.

A idéia de autonomia em que se baseia Souza (2001), quando analisa o fortalecimento de formas de democracia direta no nível urbano como indicadoras de um incremento da autonomia de determinada população, apóia-se em Cornelius Castoriadis, filósofo grego contemporâneo que faz em sua obra uma crítica e uma revisão do grande projeto marxista de transformação social através da revolução. Souza se concentra na instância política da crítica de Castoriadis, que *“via as democracias representativas ocidentais não como verdadeiras democracias, mas sim como ‘oligarquias liberais.’”* [onde o] *“(...) sentido do verdadeiro regime democrático (...) deveria ser visto como incompatível com uma situação em que as esferas decisórias são em grande medida fechadas à participação do público e em que os políticos profissionais (...) pouco prestam contas do que fazem com seus mandatos...”* (SOUZA, 2001, pp. 170-171).

Souza trata da autonomia como o *“consciente e explícito autogoverno de uma determinada coletividade”* (SOUZA, 2001, p. 174), em oposição à heteronomia, marcada por uma situação de dependência ou incapacidade de autodeterminação da própria transformação e do próprio desenvolvimento, mas o faz em termos estritamente políticos, assumindo como válida uma separação efetiva da esfera política daquela da economia.

Entretanto, o próprio Castoriadis não parece restringir seu conceito (e conseqüentemente, seu projeto de transformação da sociedade) à esfera da política. Em *“A Instituição Imaginária da Sociedade”* (CASTORIADIS, 1975), o autor apresenta o conceito de autonomia partindo de uma discussão a respeito do indivíduo e das situações de privação de desejos que caracterizam a heteronomia individual (ou a alienação), a partir de repressões externas que operam através do inconsciente, para em seguida desenvolver o conceito no plano da coletividade, afirmando que a concretização da própria autonomia individual só é possível no plano coletivo, devido ao fato de que o indivíduo não pode ser plenamente livre de forma isolada (GEZERLIS, 2001). A ‘alienação como fenômeno social’, tal qual Castoriadis (1982) define a heteronomia, opera das mais diversas formas,

... como massa de condições de privação e de opressão, como estrutura solidificada global, material e institucional, de economia, de poder e de ideologia, como indução, mistificação, manipulação e violência. Nenhuma autonomia individual pode superar as conseqüências deste estado de coisas, anular os efeitos sobre nossa vida, da estrutura opressiva da sociedade na qual vivemos. É que a alienação, a heteronomia social, não aparece simplesmente como ‘discurso do outro’, embora este desempenhe um papel essencial como determinação e conteúdo do inconsciente e do consciente da massa dos indivíduos. Mas o outro desaparece no anonimato coletivo, na impessoalidade dos ‘mecanismos econômicos do mercado’ ou da ‘racionalidade do Plano’, da lei de alguns apresentada como lei simplesmente. (CASTORIADIS, 1982, p. 131).

Além disso, como afirma o próprio Castoriadis em entrevista concedida em 1976 (VOLKER et al., 1981): “a práxis é o fazer no qual o outro ou os outros são visados como seres autônomos e considerados como o agente essencial do desenvolvimento de sua própria autonomia” (CASTORIADIS, 1982, p. 55), “de que trata a revolução? Trata-se disso: que os homens assumam coletivamente seus próprios negócios, e também que eu, nós, temos que fazer e queremos fazer alguma coisa para que isso aconteça” (CASTORIADIS, 1982, p. 57) e “trata-se de mostrar às pessoas que somente elas detêm uma possível resposta, que somente elas podem inventá-la, que todas as possibilidades e capacidade de organização da sociedade encontram-se nelas mesmas” (CASTORIADIS, 1982, p.69).

Dois referências adicionais podem ser úteis em provar que a idéia de autonomia não pode se basear pura e simplesmente na esfera da organização política: o conceito de *espaço derivado* de Milton Santos (1978), e o conceito de *região de fornecimento* (*supply region*), de Jane Jacobs (1985). Santos (1978) define diversas características intrínsecas à organização/produção do espaço (urbano) nos países subdesenvolvidos¹², dentre elas, o que o autor chama de *espaço derivado*: espacialidades determinadas por lógicas que lhes são externas, definidas e (re)produzidas por núcleos de comando e controle situados fora de tais espaços, geralmente resultantes de processos históricos de dominação e colonização. Fica clara a relação deste conceito com a idéia de heteronomia discutida acima e proposta por Castoriadis (1982), principalmente pelo fato de que um maior grau de autonomia envolve necessariamente uma capacidade de auto-determinação que está em grande medida ausente de tais espaços derivados. Por outro lado, as populações que habitam os espaços derivados geralmente têm pequeno poder de alterar suas lógicas internas de (re)produção, sendo dominadas por determinados grupos responsáveis pela geração e difusão de tais lógicas, mais coniventes com interesses externos e representativos dos núcleos que definem e comandam estas dinâmicas nos espaços derivados. O exemplo mais claro destas configurações sócio-espaciais são as colônias, que têm as características aqui citadas em comum.

Mais ligada à esfera produtiva, porém de grande utilidade para entender a idéia de heteronomia e sua ligação intrínseca com a produção, é o conceito de *supply region* (ou região de fornecimento), tal qual apresentada por Jane Jacobs. Estas seriam regiões sobre-especializadas na produção daquilo no qual elas supostamente teriam vantagens comparativas (voltadas para a exportação de somente um, ou poucos produtos, geralmente de baixo valor agregado), e que estariam inevitavelmente fadadas a uma substituição de seus produtos de exportação por parte das regiões compradoras, assim que estas deixassem de precisar das importações das regiões de fornecimento (a partir de uma substituição destas importações), como aconteceu com a produção pecuária que sustentou o crescimento da economia uruguaia no início do século XX. A proposta básica de Jacobs é que uma região economicamente saudável é aquela cuja produção abrange a maior diversidade de setores realizando, portanto, uma substituição de importações no nível regional. As regiões que não o fazem são, necessariamente, heterônomas, não tendo a capacidade plena de definir os padrões do curso de seu próprio desenvolvimento, por restrições impostas pela esfera produtiva.

É preciso aqui tomar o devido cuidado para que a idéia da região autônoma não se confunda com uma divisão sócio-espacial do trabalho menos aprofundada. Se uma região com um maior grau de especialização setorial tiver a característica de exportar bens de maior valor agregado, por exemplo (não se constituindo como uma simples região de fornecimento de insumos de baixo poder de alavancar maior desenvolvimento local), e se tal situação for positiva para a coletividade como um todo (e não a grupos específicos que controlem inclusive a esfera política), tem-se neste caso uma região de maior autonomia, combinada com uma especialização produtiva

¹² O autor chama a atenção para o caráter complexo e pouco linear do espaço periférico, que é “derivado, aberto, incompletamente organizado, descontínuo, não integrado, instável, diferenciado e seletivo” (SANTOS, 1978, p.104).

em determinado setor no qual ela supostamente teria vantagens comparativas. Deste modo, uma região de fornecimento não é necessariamente um espaço derivado como proposto acima, podendo ser combinada com uma situação de autonomia mais elevada (o que não é o caso dos espaços derivados), apesar de existir uma certa ligação entre os dois conceitos (no caso das regiões de fornecimento heterônomas).

Em relação ao caso Xakriabá, fica claro como estes dois conceitos (espaço derivado e região de fornecimento) podem ser visualizados, no que diz respeito ao fato de que aquela população se insere na sua escala regional mais ampla como fornecedora de mão-de-obra barata, e também, crescentemente, ao fato de que estão inseridos em uma produção agropecuária de baixo valor agregado, além dos sérios problemas ambientais de longo prazo ligados ao semi-árido, muitas vezes subestimados e potencializados principalmente pela bovinocultura, como acima mencionado. Deste modo, acredita-se que uma eventual inserção num circuito agroindustrial como fornecedor de insumos e/ou mão-de-obra barata, apesar de poderem constituir paliativos parciais e imediatos para determinados problemas devidos ao baixíssimo nível de renda daquela população e assim se apresentarem como uma das saídas possíveis, de fato só aprofundaria, a partir do ponto de vista aqui proposto, as condições de heteronomia, reafirmando ainda mais sua condição de região de fornecimento combinada ao espaço derivado marginal tal como descritos acima.

Tais exemplos buscam mostrar a relação intrínseca entre a discussão sobre autonomia x heteronomia, tal como proposta por Castoriadis, e a esfera produtiva, ou seja, a idéia de que uma autonomia plena (no sentido coletivo do termo, como também proposto por Castoriadis) não pode ser alcançada através de transformações somente na esfera política da organização social. Se determinada sociedade permanece sujeita a restrições na esfera produtiva (que se refletem necessariamente na esfera da reprodução) e a formas de dominação econômica exercida por grupos privilegiados na maioria das vezes pertencentes a coletividades externas, como é o caso das situações de colonização/imperialismo, o eventual exercício de práticas de democracia direta – como proposto por Souza (2001) – não será suficiente para tornar esta região autônoma.

Porém, no caso do desenvolvimento pensado para populações tradicionais, intervenções no sentido de fortalecer a esfera da produção devem ser pensadas com os devidos cuidados, levando em consideração as especificidades culturais de cada coletividade, para que elas não se percam em processos desconexos de transformação social e interações aleatórias com escalas sócio-espaciais mais amplas e dominantes, poderíamos dizer, ‘derivantes’. Uma primeira tentativa de se pensar este (etno)desenvolvimento como meio de aumentar a autonomia local, tal como discutido acima, nos remete à idéia de *economia solidária*, conceito que vem ganhando espaço nas discussões contemporâneas acerca do desenvolvimento local.

4.1. Solidariedade e alternativas de mercado: referências para uma autonomia plena?

Nos anos recentes, a partir das amplas mobilizações sociais em torno de aspectos ligados à reprodução coletiva e à qualidade de vida, envolvendo tanto questões urbanas (em seu sentido amplo)¹³ quanto ambientais, e também como decorrência do processo crescente de exclusão de parte significativa da população mundial (e nacional) dos objetivos e da esfera da economia capitalista globalizada, manifestada também no aumento do desemprego estrutural, estudos e olhares de cientistas sociais se voltaram para a economia dos setores populares.

A princípio, concentraram-se na ‘economia informal’ e em suas manifestações exitosas em contextos articulados com a economia capitalista de ponta, tais como a chamada ‘terceira Itália’, Espanha, Califórnia, Chile, entre vários outros¹⁴. Mais recentemente, a partir das análises de experiências concretas, ainda vistas como ‘formas defensivas de resistência’, vêm surgindo novas interpretações que lhes atribuem, ao contrário, um caráter pró-ativo,

¹³ A respeito da questão urbana tomada em sua totalidade, envolvendo todo o espaço social contemporâneo, ver Lefebvre (1999), Soja (2000) e Monte-Mór (1994), entre outros.

¹⁴ Ver a respeito Friedmann (1992); Portes, Castells e Benton (1989), entre outros.

identificando nessas formas populares e marginais de organização social e econômica alternativas à exclusão crescente promovida pelo capitalismo contemporâneo. Essas formas, recentemente chamadas ‘populares’ e/ou ‘solidárias’, seriam marcadas por objetivos distintos da acumulação capitalista e da própria economia do setor público e estariam articuladas em torno de relações sociais predominantemente não-capitalistas.

A partir desse reconhecimento, propostas inovadoras de políticas públicas têm surgido, contemplando o desenvolvimento da esfera produtiva (porém, como veremos, com ênfase na dimensão reprodutiva) dos chamados setores populares das economias urbanas de países subdesenvolvidos. José Luiz Coraggio (1994) e Paul Singer (1998) são dois dos autores mais representativos dessa vertente e baseiam suas propostas na definição de três grandes setores da economia urbana: o setor estatal ou público, o setor empresarial ou capitalista internacional e o(s) setor(es) popular(es) – este último intrínseco à economia das cidades subdesenvolvidas (SANTOS, 1979), extremamente heterogêneo, e formado por trabalhadores centrados em seu ‘fundo de trabalho’, sem grandes dotações de bens de capital e com a característica principal de não efetuar a separação realizada pelo capitalismo (e que constitui uma de suas bases sustentadoras) entre as esferas da produção e da reprodução. A partir do trabalho desses dois autores, em que pese claras distinções e mesmo divergências em seus enfoques, são várias as formas de se direcionar as políticas de planejamento para a Economia Popular e Solidária.

Coraggio (1998) afirma que geralmente se associa a questão urbana e os problemas das cidades aos chamados serviços urbanos (água, luz, saneamento, transporte etc.), e que, na realidade, *“os determinantes da qualidade de vida incorporam a qualidade de participação popular na gestão pública e não a qualidade de participação na própria economia”* (CORAGGIO, 1998, p. 222). Dessa forma, a ampliação conceitual do urbano que o autor reivindica deveria incluir também o emprego e outras formas de realização do trabalho, além do fornecimento de bens e serviços em geral, dos quais os serviços urbanos citados acima são apenas uma parte. Ele define como tese central de seu texto a idéia de que *“as políticas urbanas (destinadas a reformar a vida urbana) devem centrar-se na economia urbana e suas possibilidades de desenvolvimento. Sem essa consideração, nem o ordenamento territorial, nem a distribuição de serviços, nem a própria possibilidade de avançar para uma democracia sustentável podem formular-se ou resolver-se adequadamente”* (CORAGGIO, 1998, p. 224). Os setores populares, deste modo, deveriam se constituir como um grupo político que reivindicasse seus direitos, quais sejam, um tratamento diferenciado em termos de tributação (mais branda do que os impostos cobrados do setor empresarial/capitalista), políticas específicas de provimento de serviços (qualificação, infra-estrutura, crédito etc.) e um fortalecimento da relação do setor com o setor público, através de compras de insumos usados pelo Estado, por exemplo, diretamente do setor popular.

Singer (1998), por sua vez, restringe suas propostas em relação ao que Coraggio (1998) propõe, entendendo que a “economia popular” inclui práticas capitalistas extremamente excludentes e que reproduzem a lógica do setor empresarial moderno, propondo então que a questão seja tratada em termos de uma “economia solidária”, que se constituiria por formas não-capitalistas de organização da produção, baseadas principalmente em (e articuladas umas com as outras, e para fora, através de) cooperativas de produção e consumo:

Uma maneira de criar o novo setor de reinserção produtiva é fundar uma cooperativa de produção e de consumo, à qual se associarão a massa dos sem-trabalho e dos que sobrevivem precariamente com trabalho incerto. Quanto maior o número de empresas da cooperativa, tanto melhores suas chances de sucesso. (SINGER, 1998, p.122).

Em grandes cidades, onde a diversidade dos desocupados é grande e inclui muitos ex-administradores, engenheiros, planejadores, entre outros profissionais que poderiam dar a base técnica e gerencial que uma cooperativa precisaria,

o novo setor poderia conter milhares de pequenas empresas operando em ampla gama de indústrias e serviços, da confecção de roupas, alimentos, materiais de construção, até a reparação de automóveis e aparelhos domésticos, reformas e manutenção de edificações etc. (SINGER, 1998, p.122).

Os cooperados teriam um compromisso básico de dar preferência aos produtos da própria cooperativa no gasto da receita obtida com a venda de seus próprios produtos e serviços, e uma forma de operacionalizar este compromisso seria a criação de uma moeda que só teria validade dentro da própria cooperativa. Quanto maior e mais diversificada a cooperativa fosse, maior seria o mercado à disposição de cada empresa que a compusesse. Seria importante que a cooperativa contasse com o apoio do poder público municipal, principalmente na obtenção de microcrédito às pequenas empresas e aos trabalhadores que não têm acesso ao mercado de crédito formal por não poder oferecer garantias.

A proposta de Singer, vista como uma política de planejamento visando o desenvolvimento sócio-econômico, tem uma relação estreita com as políticas de *etnodesenvolvimento* que vêm sendo praticadas por setores do governo federal em diversos projetos direcionados exclusivamente a populações tradicionais. Tais experiências, devido em grande parte à complexidade e especificidade das práticas políticas e culturais de cada grupo, têm tido os mais diversos resultados, alguns inesperados, e são marcadas pela grande dificuldade de articulação entre a escala governamental federal e as populações locais¹⁵ Mas vale ressaltar, como chamam atenção Santos e Rodriguez (2002), que as iniciativas de desenvolvimento local baseadas no fortalecimento da esfera produtiva através da chamada economia solidária só têm reais chances de crescerem e se sustentarem através de uma articulação mais ampla com outras experiências semelhantes, criando redes de cooperativas locais e regionais que possam obter ganhos de escala para sua auto-sustentabilidade.¹⁶

A idéia de criação de cooperativas mostra-se como um possível caminho para o desenvolvimento da população Xakriabá. A existência de frutos do cerrado na região representa um potencial para criação de cooperativas de beneficiamento desses produtos, que vem galgando mercados, fato associado à valorização dos saberes tradicionais da região de Cerrado brasileira. A tabela 5 mostra que a coleta de certos frutos do cerrado é significativa na Reserva.

¹⁵ Paul Little (2004) chama *projetismo* esta vertente de políticas voltadas para populações tradicionais baseadas em projetos individuais formulados pelas (e com prestação de contas das) associações de base formadas pelas próprias comunidades, enfatizando as grandes dificuldades de operacionalização de tais projetos. O Território Indígena Xakriabá é uma das áreas que foram beneficiadas por projetos derivados de políticas públicas de alguns ministérios (Meio Ambiente e Desenvolvimento Agrário, por exemplo) nos anos recentes, através de projetos elaborados e geridos pelas próprias associações de base. As dificuldades de implementação e gestão são enormes mas vêm construindo novas possibilidades de integração econômica e política entre eles e com o espaço social e econômico envolvente. Uma análise mais conseqüente dos resultados só poderá ser feita em futuro próximo.

¹⁶ No caso da experiência Xakriabá, esta articulação com outras experiências vem sendo feitas através do contato com ONGs baseadas em Montes Claros (MG), como o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-MG), que coordena projetos semelhantes em outras comunidades tradicionais da região norte do Estado e com a Cooperativa Grande Sertão, de atuação também regional.

Tabela 5: Coleta de frutos do Cerrado – T.I.X. – 2004

Fruto	Número de domicílios	% no total de domicílios entrevistados
Umbu	687	80,8%
Pequi	621	73,1%
Maracujá do mato	609	71,6%
Cabeça de nego	463	54,5%
Grão de galo	195	22,9%
Côco cabeçudo	162	19,1%
Cagaita	151	17,8%
Coquinho indaiá	124	14,6%
Buriti	123	14,5%
Mangaba	113	13,3%
Favela	44	5,2%

Fonte: Pesquisa “Conhecendo a Economia Xakriabá”, 2004.

Outro dado revelado pela pesquisa é a existência de habilidades passíveis de serem exploradas como fontes de renda, como por exemplo a costura (454 pessoas declaradas, o que equivale a 10,3% da população entrevistada), a produção de sabão (207 pessoas declaradas, 4,7% do total) e o artesanato (173 pessoas declaradas, 3,9% do total).¹⁷

Tabela 6: Habilidades declaradas pela população entrevistada – T.I.X. - 2004

Habilidade	Número de indivíduos	% na população entrevistada
Fazer remédios caseiros	503	11,5%
Costurar	454	10,3%
Fazer doces/licores	253	5,8%
Fazer sabão	207	4,7%
Contador de casos	176	4,0%
Artesanato	173	3,9%
Rezadeira	152	3,5%
Jogador de versos	148	3,4%
Fiar/Tecer	100	2,3%
Pedreiro	98	2,2%
Benzedor/Curandeiro	94	2,1%
Tirar óleo de árvore	74	1,7%
Bordar	62	1,4%
Carpintaria	61	1,4%
Fazer laticínios	52	1,2%
Parteira	45	1,0%
Músico(a)	37	0,8%
Fazer óleo de côco	27	0,6%
Trabalhar com trator	24	0,5%
Dirigir caminhão	21	0,5%
Marcenaria	19	0,4%
Usar computador	19	0,4%
Mecânico	12	0,3%

Fonte: Pesquisa “Conhecendo a Economia Xakriabá”, 2004.

¹⁷ Nota-se ainda que a população entrevistada conta com um número significativo de pedreiros, carpinteiros, marceneiros e mecânicos, saberes que, se organizados, podem resultar na criação de novas possibilidades de enfrentamento das dificuldades e limitações do espaço construído local, bem como em incremento de renda e retenção de recursos dentro da própria Reserva, evitando a evasão desses recursos para empresas e indivíduos externos quando da construção de escolas, habitações, galpões, reparo de veículos, entre outras atividades.

A criação de cooperativas para alavancar o dinamismo das economias das populações tradicionais, eventualmente articuladas entre si e formando redes de cooperativas locais (o que teria implicações significativas para o sucesso de tais propostas), representa a esfera econômica dentro de uma concepção de desenvolvimento que não a privilegia, mas a situa em igualdade de importância com as questões político-cultural, ambiental e demográfica. Cabe então, discutir a natureza deste *etnodesenvolvimento*, que deve ser pautado com os devidos cuidados para que as culturas locais – o verdadeiro patrimônio das populações tradicionais – sejam preservadas e valorizadas. Tais populações continuam sofrendo pressões externas, mesmo depois de demarcados seus territórios e reconhecido seu direito às terras que tradicionalmente ocuparam, e têm como característica comum uma suposta necessidade de inserção nos circuitos agroindustriais, como provedoras de insumos de baixo valor agregado ou de mão-de-obra barata. Supõe-se que esta eventual incorporação da lógica de (re)produção destas populações pelos circuitos do capitalismo agroindustrial que cresce exponencialmente por todo o Brasil constitua uma ameaça à necessidade de se trabalhar o desenvolvimento econômico de modo a preservar os traços culturais destas populações. Somente desta forma elas teriam condições de superar as restrições sofridas na esfera da reprodução, sem no entanto, ser objeto de um processo de homogeneização cultural, política e econômica resultante de uma inserção perversa na divisão territorial do trabalho imposta pela agricultura moderna.

4.2. Os limites da economia e o etnodesenvolvimento

A temática do desenvolvimento no contexto de economias não inseridas no que pode ser chamado ‘circuito moderno de produção capitalista’, mantendo sua autonomia relativa sem serem plenamente por ele incorporadas, ou mesmo apropriadas, nos remete ao argumento de Karl Polanyi, na sua obra “*A Grande Transformação*”. Polanyi (2000) se propõe a compreender as especificidades das transformações ocorridas no mundo ao longo da era moderna e do processo de evolução do capitalismo e chama a atenção para um aspecto central da configuração social exclusivo desse modo de produção, qual seja, a transformação em mercadorias de elementos fundamentais em qualquer organização social, através da criação de mercados onde esses elementos centrais - o trabalho e a terra - podem ser comprados e vendidos como qualquer outra mercadoria. Para ele, essa característica exclusiva do capitalismo e inédita na história constitui, ao mesmo tempo, a base que o sustenta e a fonte dos principais problemas que hoje enfrentamos, devido ao fato de que estas “mercadorias fictícias” não são *produzidas* para compra e venda em mercados auto-reguláveis:

trabalho é apenas um outro nome para a atividade humana que acompanha a própria vida que, por sua vez, não é produzida para a venda, mas por razões inteiramente diversas, e essa atividade não pode ser destacada do resto da vida, não pode ser armazenada ou mobilizada. Terra é apenas outro nome para natureza, que não é produzida pelo homem (POLANYI, 2000, p. 94)

A definição de políticas públicas direcionadas ao *etnodesenvolvimento* deve, portanto, levar em consideração o fato de que a Ciência Econômica tradicional só pode ser aplicada a realidades semelhantes às que lhe deram origem, qual seja, as sociedades cuja instituição central que organiza todos os outros aspectos é o próprio mercado, além de apresentarem as características básicas citadas acima de transformação do trabalho e da terra em mercadorias. Cerqueira (2000) argumenta que a Ciência Econômica moderna só adquiriu sua forma atual (preocupada com as leis que governam os mercados e com as formas com que estes alocam recursos sem intervenções estatais) a partir do amadurecimento do próprio capitalismo manufatureiro, e que, portanto, este discurso se limita ao contexto histórico que o originou:

Gostaríamos de argumentar que o fato de um discurso econômico só ter surgido a partir da modernidade não foi acidental, e que não é correto considerar essa ‘demora’ como uma espécie de ‘falha intelectual’. Ao contrário, foi a própria estrutura das sociedades que precederam as economias de mercado que interditou o surgimento de um discurso econômico (CERQUEIRA, 2000)

Deste modo, práticas de economias não-capitalistas e que, portanto, não corroboram os pressupostos básicos da Ciência Econômica surgida a partir de Adam Smith, principalmente no que diz respeito ao chamado *homem econômico*, não constituem um fator relevante para aquela ciência:

A tradição dos economistas clássicos, que tentaram basear a lei do mercado na alegada propensão do homem no seu estado natural, foi substituída por um abandono de qualquer interesse na cultura do homem ‘não-civilizado’ como irrelevante para se compreender os problemas de nossa era (POLANYI, 2000, p. 64).

E no que diz respeito a estas sociedades não-capitalistas, Cerqueira, em argumento que de certa forma complementa o de Polanyi, afirma:

o que a pesquisa antropológica mostrou é que em nenhum período anterior ao surgimento do capitalismo a reprodução material das sociedades se processou através de instituições orientadas exclusivamente para objetivos econômicos, como os mercados. Portanto, não há nessas sociedades a idéia de uma ‘economia’, pois os atos econômicos só ganham unidade quando referidos a suas motivações, que neste caso são extra-econômicas (CERQUEIRA, 2000)

É importante enfatizar que alternativas de desenvolvimento baseadas em esquemas de Economia Popular e Solidária, tal como citadas acima, fortaleceriam o mercado dentro da organização social Xakriabá, e que tal fortalecimento pode ser benéfico, desde que o mercado não se torne a instituição central para aquela população tradicional. De fato, o mercado não é exclusivo das sociedades capitalistas, as quais se caracterizam por formas de organização (e estrutura) de mercados que lhes são próprias, como relatado acima. Entretanto, há que se reconhecer a presença e importância dos mercados em várias sociedades, desde que não cheguem a ditar a lógica de funcionamento das outras esferas (não-econômicas) da vida social, como no caso das sociedades não (ou pré)-capitalistas:

A história e a etnografia conhecem várias espécies de economia, a maioria delas incluindo a instituição do mercado, mas elas não conhecem nenhuma economia anterior à nossa que seja controlada e regulada por mercados, mesmo aproximadamente (POLANYI, 2000, p.63).

Porém, isso não significa que o fortalecimento do mercado em si represente para o povo Xakriabá uma inserção no circuito capitalista moderno. Pode-se trabalhar formas de desenvolvimento da esfera produtiva voltada para mercados externos, tomando o cuidado para que tal esfera não passe a determinar as lógicas de reprodução situadas no domínio político-cultural, para que as relações sociais de produção capitalistas não passem a se reproduzir no interior da população como consequência desse fortalecimento de sua esfera produtiva.

As especificidades dos mercados capitalistas a que se refere Polanyi (2000), que se generalizam e transformam em mercadorias a terra e o trabalho, são fatores relativamente menos presentes na esfera do mercado das populações tradicionais. Mas tal quadro também vem se transformando nos anos recentes: passa a existir cada vez mais trabalho assalariado, e grande parte da mão-de-obra masculina adulta realiza movimentos migratórios pendulares para trabalhar no agro-negócio; e a terra, apesar de permanecer formalmente como propriedade indivisível da coletividade, tende a ser transformada em valor de troca na medida

em que o ambiente construído cresce dentro do próprio território indígena. Deste modo, apesar do fortalecimento do mercado *per se* não chegar necessariamente a constituir uma transformação na direção de uma sociedade mais próxima da capitalista/moderna, a eventual formação dos mercados de trabalho e de terra podem representar tal aproximação.

Considerando o que foi dito acima a respeito dos riscos para a autonomia local que a inserção no circuito agro-industrial moderno traria, a concepção do *etnodesenvolvimento* deve se preocupar com estes fatores fundamentais que tenderiam a se manifestar na medida em que ocorre uma acentuação da divisão social do trabalho dentre os povos tradicionais visados por políticas públicas de geração de renda.

5. A título de conclusão: novas questões para discussão

A proposta etnodesenvolvimentista, da entrada não-deliberada de certos grupos ditos tradicionais em circuitos capitalistas como o único meio de se reduzir suas restrições de ordem material sem, portanto, sofrer um processo de homogeneização e desconfiguração das heterotopias¹⁸, só seria possível no contexto contemporâneo devido à dita condição pós-moderna, marcada neste caso pela possibilidade de coexistência de diferentes lógicas de produção social (do espaço) representativas de temporalidades distintas, de modo que um eventual fortalecimento de formas alternativas de produção e das próprias relações sociais de produção aqui propostas têm condições de se firmarem, independente da economia capitalista regional constituída, no caso, predominantemente pela agroindústria, podendo, ao contrário, muito bem com ela coexistir.

Outro ponto importante implícito na idéia do etnodesenvolvimento se relaciona com a crítica radical ao desenvolvimentismo feita por Peet (1997), baseando-se no trabalho de Arturo Escobar a respeito do terceiro mundo, que encara o desenvolvimentismo como um discurso que é

...particularly effective because it appeals to the finest ideals of the Enlightenment (often employing the most idealistic people in development agencies) and to the aspirations for a better life by poor people. Development has been 'successful' to the extent that it manages and controls populations, that it creates a type of manageable underdevelopment in a more subtle form of management than colonialism. (PEET, 1997, p. 76).

O autor apresenta uma *contra-crítica* a esta visão do desenvolvimentismo praticado pelas agências internacionais (como representativo de um neo-colonialismo) e propõe um paradigma "pós-desenvolvimentista" que incorpore positivamente a crítica acima, porém sem deixar de levar em consideração os reais problemas a serem enfrentados no que diz respeito ao subdesenvolvimento em geral. As populações tradicionais aqui citadas representam um exemplo claro de como o desenvolvimento deve ser pensado incorporando os atores locais e seu conhecimento, (re)conhecendo a fundo suas especificidades, de forma a não representar simplesmente mais um impulso modernizador com conseqüências imprevistas negativas alimentadoras da heteronomia e da eterna dependência de fluxos externos.

¹⁸ A idéia de heterotopia aqui empregada se baseia no conceito de Michel Foucault, sintetizado e desenvolvido por Soja (1989) em articulação com o mesmo conceito em Lefebvre. Foucault afirma que "...a presente época será talvez a época do espaço. Estamos em tempos de simultaneidades: na época da justaposição, do longe e do perto, do lado a lado, do disperso" (FOUCAULT, 1967, s.p.). Trata-se, muito simplificadoramente, da *heterogeneidade* intrínseca à organização espacial da sociedade contemporânea, seja na forma da fragmentação que marca a atual produção social do espaço, na justaposição de temporalidades, sociedades e espacialidades em um mesmo local, ou mesmo na possibilidade da convivência com o *outro* e com suas diferentes formas de se apropriar de/vivenciar o espaço socialmente produzido, como exemplo de resistências a eventuais processos de homogeneização, decorrentes das várias rodadas de modernização.

Referências Bibliográficas

CAMPOS, Marden B.; CAMPOS, Thiago B. e MONTE-MÓR, Roberto L. M. **A questão demográfica indígena: o caso dos Xakriabá, no Norte de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Cedeplar/Face, 2006. (Trabalho submetido ao XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, a se realizar em Caxambu - MG, entre 18 a 22 de setembro de 2006.)

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CERQUEIRA, Hugo E. A. G. O discurso econômico e suas condições de possibilidade. **Texto para discussão**, n.143. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2000, 20 p.

CLEMENTINO, Alessandro M. e MONTE-MÓR, Roberto L. M. **Xakriabás: economia, espaço e formação de identidade**. Belo Horizonte: Cedeplar, 2006 (Trabalho submetido ao XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, a ser realizado em Caxambu - MG, de 18 a 22 de setembro de 2006)

CONHECENDO A ECONOMIA XAKRIABÁ. Relatório preliminar de pesquisa. Belo Horizonte: São João das Missões: Cedeplar/FaE/UFMG/AIX/CERIS, 2005. (62 p.)

CORAGGIO, José L. A Construção de uma economia popular como horizonte para cidades sem rumo. In: RIBEIRO, L.C.Q; SANTOS JR., O. (Orgs.) **Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

EVANS, Peter B. **A Tríplice Aliança**: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

FOUCAULT, Michel. Des Espaces Autres. In: **Architecture, Mouvement, Continuité**, n. 5, outubro 1984, pp. 46-49. Disponível em <http://foucault.info/documents/heteroTopia/foucault.heteroTopia.fr.html> (consulta em março/2006)

GEZERLIS, Alexandros. Castoriadis and the Project of Autonomy: a review of 'The Imaginary Institution of Society'. In: **Democracy & Nature: The International Journal of Inclusive Democracy**, v. 7, n. 3, 2001.

JACOBS, Jane. **Cities and the wealth of nations**. Nova York: Vintage, 1985.

LEFEBVRE, Henri; MARTINS, Sergio. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais do Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**. Brasília: Departamento de Antropologia/UnB, v.332, 2002, 32p.

LITTLE, Paul E. The Challenges of Interculturality: indigenous peoples and sustainable development subprojects in Brazilian Amazonia. **Série Antropologia**. Brasília: Departamento de Antropologia/UnB, v.364, 2004, 21p.

MONTE-MÓR, Roberto L. M. Urbanização extensiva e novas lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adelia de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território : globalização e fragmentação** (pp. 169-181). São Paulo: Hucitec: ANPUR, 1994.

MONTE-MÓR, Roberto L. M. Urbanização Extensiva e Novas Fronteiras Urbanas no Brasil. In: NETO, E. R.; BÓGUS, Cláudia Maria (Eds.). **Saúde nos Grandes Aglomerados Urbanos: uma visão integrada** (Vol. 3, pp. 79-95). Brasília, DF: Organização Mundial de Saúde (OMS); Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS); Ministério da Saúde, Brasil, 2003.

OTTONI, Teófilo B.; DUARTE, Regina H. **Notícia sobre os selvagens do Mucuri**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002 [1858].

PEARCE, David. W.; TURNER, R. Kerry **Economics of natural resources and the environment**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1990.

PEET, Richard. Social Theory, Postmodernism, and the Critique of Development. In: BENKO, G., STROHMAYER, U. **Space and Social Theory: Interpreting Modernity and Postmodernity**. Oxford: Blackwell, 1997.

PENA, João L. **Perfil Sanitário, Indicadores Demográficos e Saúde Ambiental Após a Implantação do Distrito Sanitário Especial Indígena: o Caso dos Xakriabá em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Escola de Engenharia da UFMG, 2004. (Dissertação, Mestrado em Saneamento)

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTES, Alejandro; CASTELLS, Manuel; BENTON, Lauren A. **The informal economy: studies in advanced and less developed countries**. Baltimore, London: The Johns Hopkins University, 1989.

RAMOS, Alcida R. **Sociedades indígenas**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

SANTOS, Ana Flávia M. Xakriabá: identidade e história. Relatório de Pesquisa. **Série Antropologia**. Brasília: Departamento de Antropologia/UnB, v.167, 1994, 32p.

SANTOS, Ana Flávia M. **Do terreno dos cablocos do Sr. São João à Terra Indígena Xakriabá: as circunstâncias da formação de um povo. Um estudo sobre a construção social de fronteiras**. Brasília: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, 1997. 304p. (Dissertação, Mestrado em Antropologia).

SANTOS, Boaventura S. e RODRIGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, B. S. **Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002. (pp.23-77)

SANTOS, Milton. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SHAHI, Gurinder. S.; LEVY, Barry S.; BINGER, Al; KJELLSTÖM, Tord; LAWRENCE, Robert (Eds.). **International Perspectives on Environment, Development, and Health**: toward a sustainable world. New York: Springer Publishing Company, 1997 (Introductory Overview: The Environment-Development-Health Interface; A Historical Perspective, p.3-50)

SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998.

SOJA, Edward W. **Postmodern geographies**: the reassertion of space in critical social theory. London: Verso, 1989.

SOJA, Edward W. **Postmetropolis**: critical studies of cities and regions. Malden, MA: Blackwell Publishers, 2000.

SOUZA, Marcelo L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

VOLKER, Paul; CORDEIRO, Renato C.; PURRI, Vitor J.B.; JAU, Vicente A.; BIGNOTTO, Newton (ed.). **Revolução e Autonomia**: Um Perfil de Cornelius Castoriadis. Belo Horizonte: Copec, 1981.